

Relatório 11: Discriminação Algorítmica

Mateus Agostinho dos Anjos
NUSP 9298191

5 de Junho de 2019

A palestrante Marcela Mattiuzzo deu início à discussão de maneira interativa, nos fazendo algumas perguntas e construindo as respostas conosco. Primeiro nos foi perguntado *O que é um algoritmo?* e a resposta simplificada a qual chegamos foi: *é um conjunto de operações ordenadas para a resolução de um determinado problema.* Nesta primeira resposta não ficamos presos aos algoritmos apenas computacionais, portanto uma receita de bolo também se enquadra no conceito de algoritmo.

Após essa discussão mais abrangente sobre o que é um algoritmo a palestrante tratou sobre os algoritmos computacionais, cuja diferença consiste em serem compostos por instruções ou operações bem definidas para que a máquina seja capaz de interpretar.

Definida uma das palavras do tema passamos para o entendimento do termo *discriminação*. Novamente de maneira iterativa chegamos à conclusão de que discriminação, de maneira simplificada, é a *segregação de algo ou alguém considerando determinada característica*. Do mesmo modo que foi feito anteriormente esta é uma descrição que não está limitada ao ambiente computacional.

A fim de introduzir a *discriminação algorítmica*, Marcela Mattiuzzo nos deu como exemplo análise de créditos. Esse processo pode levar em conta o local em que o indivíduo mora para calcular sua pontuação, porém esta é uma forma de discriminação, uma vez que o algoritmo que efetua o cálculo pode entender que moradores da periferia são "maus pagadores", sendo assim

estaria segregando um conjunto de indivíduos levando em conta o local de moradia (determinada característica).

A palestrante atentou ao fato de que tais discriminações nem sempre são pensadas, ou seja, quem projeta o algoritmo muitas vezes nem pensou no fato de que esse problema pode acontecer ou nem tem conhecimento de que isso existe. A partir disso reforçou a importância da maior comunicação entre as áreas do direito e da computação, a fim de minimizar tais problemas. Para reforçar nosso conhecimento sobre o tema, a palestrante nos recomendou ler o livro de Cathy O’Neal chamado “Weapons of Math Destruction”.

Explorando ainda mais a computação dentro do direito discutimos sobre como aplicar algoritmos para decisões jurídicas. Para isso é necessário definir de parâmetros para a criação de tais algoritmos e definir certas generalizações para facilitar a tomada de decisões. A partir disso discutimos sobre as diferentes formas de generalização.

Para discutir o assunto de generalizações a palestrante nos apresentou esse conceito de acordo com Fredrick Schauer. O autor diz que podemos dividir as generalizações em estatisticamente corretas e estatisticamente não corretas.

Para as generalizações estatisticamente corretas temos:

- Universal, por exemplo “todos os seres humanos são mortais”, sabemos que essa é uma generalização verdadeira para todos os seres humanos.
- Maioria, por exemplo “todo passarinho voa”, apesar de existirem exceções é de conhecimento geral que a maioria dos pássaros voam.
- Comparativa, por exemplo “todos os bulldogs têm problema no quadril”, apesar de não ser verdade que todos, nem a maioria dos bulldogs têm problema no quadril é verdade que, em comparação com outros cachorros, os bulldogs apresentam mais frequentemente esse tipo de problema.

Após a apresentação desses conceitos discutimos quando podemos usar generalização por maioria ou comparativa, chegando à conclusão de que é necessário analisar o conteúdo da generalização e seu impacto no mundo real

antes de generalizar, uma vez que sem essa análise prévia podemos criar conceitos e até algoritmos discriminatórios que prejudiquem certa parte da população.

Vale lembrar que muitos dos modelos e algoritmos que utilizamos hoje em dia buscam separar grupos a fim de encontrar padrões. Tal comportamento não é condenável quando o tratamento discriminatório não é usado para fins ilícitos ou abusivos, portanto nem todo algoritmo que segrega grupos e utiliza parâmetros para tais comparações é um algoritmo nocivo e muitos deles já se mostraram benéficos, além de precisos, para a sociedade em que vivemos.

É importante, portanto, sabermos o que se enquadra em fins ilícitos ou abusivos, para evitarmos algoritmos que utilizem a generalização desta forma. É considerado como fim ilícito o uso de generalização que fere os escritos de alguma lei, ou seja, existe uma lei escrita que pune tal ato. Já para fins abusivos não existe regra expressa impedindo o uso da generalização, porém o resultado fere algum valor da sociedade.

Após discutirmos os modos de generalização e como eles influenciam na criação de algoritmos do ponto de vista jurídico a palestrante finalizou com algumas sugestões de como minimizar tais problemas, uma vez que é muito complexo e relativamente recente:

Devemos estar cientes de que tal problema existe (portanto a palestra foi o primeiro passo).

Juntarmos aspectos jurídicos com os aspectos técnicos o que faria com que estas discussões fizessem parte do dia a dia de ambas as profissões, melhorando a criação de soluções.

Desta forma pudemos perceber que criar um algoritmo vai muito além da matemática e das análises envolvidas no projeto, vai muito além de fazer o algoritmo funcionar e devemos atentar ao fato de que vivemos em uma sociedade problemática e que a tecnologia deve auxiliar nas melhorias desta sociedade e não na administração dos preconceitos e discriminações que nela existem.